

Fatos e dados de projetos

1. Informações básicas:

- Nome: **Complexo Penal de Ribeirão das Neves**
- Órgão gestor: Secretaria de Defesa Social (SEDS)
- Data de assinatura do contrato: 16/06/2009
- Duração do contrato: 27 anos
- Investimento privado estimado: R\$180 milhões

2. Descrição do projeto:

O governo de Minas Gerais contratou um consórcio de empresas privadas para desenhar, construir e implantar um Complexo Penal formado por 5 unidades que somam 3360 vagas entre o regime fechado e semi-aberto. Todos os serviços de vigilância interna, prestação de serviços assistenciais, manutenção de infraestrutura e demais aspectos da operação da infraestrutura são prestados pelo parceiro privado, enquanto a segurança externa e de muralhas, além da movimentação de internos continua sendo desempenhada pelo governo.

3. Pagamento público:

O pagamento público foi desenhado para garantir alinhamento dos incentivos no contrato, e tem as seguintes características:

- Somente inicia-se após a entrada em operação da infraestrutura;
- O pagamento público é composto por parcelas referentes a vaga ocupada e a vaga disponibilizada pelo parceiro privado;
- O pagamento público representa a única fonte de receita do parceiro privado;
- 20% do pagamento mensal é submetido a uma avaliação periódica de desempenho.

4. Outras obrigações do poder público

Além de efetuar os pagamentos públicos, o governo tem a obrigação de:

- Implantar a via de acesso ao complexo
- Monitorar todas as atividades desenvolvidas pelo parceiro privado
- Garantir demanda mínima de 90% da capacidade do complexo penal, durante o contrato

5. Os indicadores para avaliação de desempenho:

Os indicadores de desempenho avaliam o nível de atendimento a rígidos padrões de qualidade dos serviços e dividem-se em:

- Avaliação quantitativa dos serviços assistenciais e de segurança (e.g % de presos trabalhando 30 hs/semana)
- Avaliação qualitativa dos serviços assistenciais (e.g qualidade da educação aos presos)
- Avaliação de manutenção de infraestrutura (e.g permanente atendimento dos equipamentos aos padrões estabelecidos no contrato)

6. Valor projetado do investimento privado:

R\$180 milhões

7. Garantias financeiras do poder público

Como forma de garantia, o Poder Concedente constitui penhor sobre bens de sua propriedade sobre direitos creditórios oriundos de contratos de abertura de créditos do BDMG (Banco de

Fatos e dados de projetos

Desenvolvimento de Minas Gerais), debêntures simples, da espécie quirografária, não conversíveis em ações, sem a emissão de cautelas e certificados, subscritas e integralizadas pelo Estado de Minas Gerais, títulos da dívida pública federal, além de outros direitos creditórios decorrentes de financiamentos concedidos por fundos estaduais e outros bens graváveis com ônus real, desde que aceitos pela Concessionária.

8. Outros destaques do projeto

O projeto prevê mecanismos para garantir flexibilidade contratual, fortalecendo o papel do Estado de regulador do contrato. Alguns destes mecanismos são:

- Previsão de revisões ordinárias do contrato que garantam ao Governo de Minas a possibilidade de ajustes dos incentivos originalmente previstos
- Constituição de um Conselho que acompanha o dia-a-dia do Complexo Penal e que pode sugerir mudanças de gestão, que é composto dentre outros pelo Governo, Conselho Estadual de Direitos Humanos, Prefeitura.

9. Verificador independente:

- Contratado: Accentura do Brasil LTDA
- Data de assinatura do contrato: 30/01/2012
- Duração do contrato: 36 meses
- Valor do contrato: R\$8.344.941,45